ITTC
Instituto Terra, Trabalho e Cidadania

RELATÓRIO ANUAL 2021

NOSSA HISTÓRIA

O **Instituto Terra, Trabalho e Cidadania** (ITTC) está há mais de 25 anos na luta para manter sua missão de erradicar a desigualdade de gênero, garantir direitos e combater o encarceramento.

Quando pensamos em nossa missão e sobre o ano de 2021, automaticamente somos acometidas pelas lembranças dos desafios oriundos da pandemia, que ocasionou um agravamento das desigualdades sociais, principalmente nas vidas das mulheres em situação de cárcere, em cumprimento de medidas em meio aberto e/ou egressas do sistema prisional.

Em um ano desafiador como este, enquanto uma instituição que busca se aprofundar em temas para educação das relações étnico-raciais e de gênero, continuamos realizando formações e oficinas internas que buscam colaborar com o fazer educativo, valorizando a diversidade e o combate ao racismo.

Em fevereiro, por exemplo, realizamos formações ministradas pelo **Instituto Amma Psique** e pelo **Nepafro**: esses encontros tiveram como objetivo central oferecer subsídios, às participantes do **ITTC**, para percepção e reflexão, identificação e abordagem do racismo e sexismo, na sua dimensão estrutural e institucional, e no campo da justiça criminal.

No final desse mesmo mês, o **ITTC** viabilizou a formação sobre **Abolicionismo Penal**, que teve como propósito conduzir uma análise de um ponto de vista mais amplo sobre o desmonte do modelo penal e a concepção de ser a única forma de resolução de conflitos e a busca por formas conciliatórias, entre outros debates sobre o tema. Em junho, tivemos uma formação sobre a relação de povos indígenas com o encarceramento e as políticas de drogas e, em julho, fechamos nosso ciclo de formações internas com mais um encontro com essa temática.

No ano de 2021, continuamos a nos adaptar e a nos reinventar para a nova realidade que nos foi apresentada tão repentinamente em 2020: utilizamo-nos das experiências com o home office adquiridas no ano anterior para aprimorar o trabalho no chamado “novo normal”, além de aperfeiçoar nossas redes sociais, tendo sempre como objetivo principal manter nossas mãos estendidas às mulheres que estão ou já estiveram em situação de cárcere e/ou em conflito com a lei.

■ ■ ■ PARCERIAS E REDES DE TRABALHO:

Agenda Nacional pelo Desencarceramento
Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude (ASBRAD)
Associação pela Reforma Prisional (ARP)
Amparar
Centro de Acolhida Especial para Mulheres Imigrantes (CAEMI - Palotinas)
Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC)
Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CDHEP)
Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)
Centro de Referência para Refugiados da Caritas Arquidiocesana de São Paulo
Conectas Direitos Humanos
Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE)
Conselho Indigenista Missionário (CIMI)
Conselho Nacional dos Direitos Humanos do Ministério de Direitos Humanos
Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
Consulado da Tailândia
Defensoria Pública da União (DPU)
Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE/SP)
Elas Existem
Equis Justicia para las Mujeres AC – México
Fundo Brasil de Direitos Humanos
Fundo de Direitos Humanos dos Países Baixos
Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP)
GT Educação nas Prisões
Ideas Assessoria Popular
Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM)
Instituto das Irmãs da Santa Cruz (IISC)
Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH)
Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD)
Instituto Pro Bono
Instituto de Estudos da Religião (ISER)
Instituto Sou da Paz
International Drug Policy Consortium (IDPC)
Justiça Global
Missão Paz
Oak Foundation
Open Society Foundations
Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado
Pastoral Carcerária
Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD)
Prison Insider
Red Latinoamericana de Mujeres Libertarias Fundiendo Rejas
Rede de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional (RAESP)
Rede Justiça Criminal (RJC)
Rede Rua
Serviço Franciscano de Solidariedade (SEFRAS)
Sigrid Rausing Trust
Washington Office on Latin America (WOLA)

ÍNDICE

COMUNICAÇÃO

PROGRAMA JUSTIÇA SEM MUROS

PROJETO MULHERES MIGRANTES

PROJETO BANCO DE DADOS

PROJETO GÊNERO E DROGAS

ADMINISTRAÇÃO

COMUNICAÇÃO

A equipe de **Comunicação** do **ITTC** começou em 2013 com o objetivo de apoiar a divulgação de pesquisas e ações realizadas no Instituto e, com o tempo, passou a complementar o trabalho de todas as equipes, realizando contato com a imprensa, produzindo eventos e criando materiais de divulgação.

Atualmente, a **Comunicação** é composta por três pessoas: uma jornalista, outra jornalista/designer e uma estagiária estudante de Jornalismo.

A rotina da equipe inclui revisão de textos, produção de materiais gráficos, interlocução com contatos externos, alimentação do site do **ITTC**, organização e mediação de reuniões, postagem e interação nas redes sociais oficiais do Instituto, organização de eventos, criação de formulários, encaminhamento de entrevistas e relacionamento com a imprensa.

ATIVIDADES

No primeiro semestre de 2021, a **Comunicação** produziu a série **Covid-19 no Cárcere** com o objetivo de compartilhar informações e dados gerais sobre a situação dos presídios durante a pandemia de coronavírus. A série de posts nas redes sociais falavam sobre a infraestrutura precária dos presídios, audiências de custódia, subnotificação, vacinas, entre outros fatores altamente atingidos pela fase pandêmica.

No período, houve uma maior movimentação no site, com a publicação de diversos artigos dos projetos do **ITTC** e a continuação da série de textos **ITTC Explica**, com as respostas para as perguntas mais frequentes que chegam à instituição. Além disso, encerramos o semestre com a organização de uma live sobre a situação das mulheres migrantes e egressas do sistema prisional na cidade de São Paulo no contexto de pandemia em conjunto com o **Projeto Mulheres Migrantes** (PMM).

No segundo semestre, a equipe de **Comunicação** passou a ter três pessoas, todas admitidas em 2021. Essa reformulação total da equipe interferiu no fluxo de trabalho e nas atividades realizadas. Uma das principais ações foi a reformulação do site do **ITTC** e a revisão dos direitos de uso das imagens do site. Nessa atividade, foram analisadas mais de 5.000 imagens (de publicações de 2006 a 2021) com o intuito de garantir os direitos autorais de terceiros e a proteção legal do Instituto em suas publicações.

Nessa segunda metade do ano, a Comunicação investiu na identidade visual do **ITTC**, criando padrões de postagens para notícias, divulgações e peças gráficas, buscando implementar as cores do Instituto (vermelho, preto e branco) a fim de fortalecer nossa imagem na mídia.

2006

5.000+ IMAGENS

2021

FEED DO INSTAGRAM @COMUNICAITTC

De janeiro de 2021 a janeiro de 2022, as redes sociais do **ITTC** apresentaram crescimento satisfatório. Foram 242 novos seguidores no **Twitter** e 102 novos seguidores no **Instagram**. Reativamos o **LinkedIn**, trazendo novas conexões, pensando na importância dessa rede para análises de editais e financiamentos.

+242

+102

Além do acompanhamento nas redes tradicionais, as atividades do Instituto foram compartilhadas por meio do boletim mensal, que compila um resumo dos eventos, notícias, artigos do **Banco de Dados** e ações envolvendo o **ITTC**, para a lista de contatos do Instituto.

A **Comunicação** trabalha diretamente com as equipes dos projetos, e essa rotina é estabelecida mediante reuniões de pauta mensais, nas quais entendemos a demanda de cada grupo. Assim, nos organizamos cobrindo eventos (a exemplo do **Encontro Nacional de Mulheres Sobreviventes do Cárcere**, em colaboração com a equipe do **Projeto Gênero e Drogas** (PGD), elaborando peças gráficas para ações (lives, ciclos de debates, lançamentos de materiais e releases para a imprensa), diagramando relatórios (a exemplo do relatório da pesquisa **Prisão Domiciliar à luz da Lei de Acesso a Informação**, em colaboração com a equipe do **Justiça Sem Muros** (JSM)) ou movimentando o site com publicações de pesquisas elaboradas pelos projetos integrantes do **ITTC**.

MÍDIA E IMPRENSA

Brazil: motherhood behind bars

Portal Prison Insider | 27/01/2021

Publicação de artigo traduzido para o inglês com temas de acúmulo do **Programa Justiça sem Muros**. Esse texto foi primeiro publicado em português no **Le Monde Diplomatique Brasil** em maio de 2020, com o título "O que os números revelam sobre mães e gestantes encarceradas".

O Prato do Preso

O Joio e o Trigo | 13/04/21

Reportagem vencedora do **Prêmio Vladimir Herzog 2021**, na categoria de produção jornalística em áudio. Ela retrata os impactos da comida servida nas cadeias na vida de sobreviventes do cárcere e familiares. Pesquisadora do **Programa Justiça Sem Muros** falou sobre o descaso do acesso à alimentação nas prisões brasileiras.

STF libera audiências de custódia virtuais e dificulta apuração de torturas, segundo entidades

Ponte Jornalismo | 01/07/2021

Matéria trata da decisão do STF sobre as audiências de custódia ocorrerem por videoconferência enquanto o país estivesse em pandemia, o que poderia invisibilizar ainda mais cenários de tortura das pessoas encarceradas. O **ITTC** foi uma das entidades que solicitou a entrada como **amicus curiae** na ação para reiterar a importância das audiências presenciais.

Situação das mulheres encarceradas durante a pandemia

TVT | Programa Bom Para Todos | 10/08/2021

O **ITTC** participou de debate com o **Fundo Brasil** para falar sobre a situação de vulnerabilidade de mulheres encarceradas, principalmente, durante a pandemia da Covid-19. Os dados apresentados dizem respeito ao artigo do **ITTC** "Arquiteturas do esquecimento: gênero, raça e cárcere na pandemia do coronavírus", de janeiro de 2021.

Indígena Pankararu está há dois anos preso após ser reconhecido 'pelo olhar'

Ponte Jornalismo | 12/08/2021

Pesquisadora do **Projeto Gênero e Drogas** analisou diversas ilegalidades, começando pela abordagem da polícia, no caso do indígena Pankararu, que estava privado de liberdade havia dois anos.

TJ de SP retoma audiências de custódia remotas e presenciais

Ponte Jornalismo | 29/09/2021

Matéria fala sobre a possibilidade de realização de audiências presenciais para comarcas que não tinham estrutura para videoconferência. Pesquisador do **Programa Justiça sem Muros** foi entrevistado e afirmou que vídeo dificulta que pessoas em conflito com a lei apontem violações.

Pobreza menstrual: corpos que menstruam valem menos para Bolsonaro

Universa UOL | 07/10/2021

Matéria fala sobre o veto do Presidente Jair Bolsonaro para partes do projeto de lei que previa a distribuição gratuita de absorventes para grupos de pessoas em vulnerabilidade. Pesquisadoras do **Projeto Mulheres Migrantes** comentaram a decisão.

40% das mulheres com direito a prisão domiciliar seguiram em regime fechado

Ponte Jornalismo | 14/12/2021

Reportagem sobre a pesquisa "Implementação da prisão domiciliar para mulheres no Brasil à luz da Lei de Acesso à informação" do **ITTC**, com destaque para o dado que 1.091 mães presas em nove estados não saíram do cárcere entre 2018 e 2019, apesar de a lei prever esse direito ao grupo. A pesquisa também está disponível no **canal do ITTC**.

PROGRAMA JUSTIÇA SEM MUROS

O **Programa Justiça Sem Muros** (JSM) foi criado para promover a incidência política e a disseminação de conhecimentos adquiridos – pela experiência prática e pela produção de pesquisas nos mais de 25 anos de atuação do **ITTC** – sobre pessoas em conflito com a lei, especialmente mulheres e mulheres migrantes.

A atuação do **JSM** se dá por meio da litigância estratégica, e tem como objetivo principal impulsionar medidas desencarceradoras para mulheres em contato com a justiça criminal, bem como barrar iniciativas punitivistas e retrocedentes.

A equipe é formada por três pesquisadoras, sendo uma advogada, uma antropóloga e uma cientista política. O grupo acompanha e participa de redes e articulações com a sociedade civil para mobilização de mudanças institucionais no sistema de justiça.

Também divulga informações a respeito do sistema prisional, possibilitando o diálogo público e contribui para a qualificação do debate, fomento ao combate às violações de direitos e às desigualdades étnico-raciais e sociais.

ATIVIDADES

As atividades de rotina do **JSM** incluem: participação em redes de advocacy de organizações da sociedade civil e movimentos sociais que trabalham com a temática da justiça criminal, atuação de incidência política e litigância estratégica para impulsionar medidas desencarceradoras para mulheres em contato com a justiça criminal, monitorando ações judiciais.

Além disso, a equipe teve uma forte atuação na produção de pesquisas e difusão de conhecimento, em especial sobre acesso à informação, maternidade e prisão.

PUBLICAÇÕES

IMPLEMENTAÇÃO DA PRISÃO DOMICILIAR PARA MULHERES NO BRASIL À LUZ DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Nos últimos anos, o **JSM** se debruçou no projeto **Pela Liberdade das Mulheres**, para aprofundar a identificação e problematização da invisibilidade, marginalização e estigmatização das especificidades do encarceramento feminino e da limitada garantia e implementação do direito à prisão domiciliar. Um dos frutos desse extenso projeto foi a pesquisa **Implementação da Prisão Domiciliar à luz da Lei de Acesso à Informação**.

Publicada em dezembro de 2021, a pesquisa solicitou informações de órgãos públicos que compõem a estrutura do sistema prisional do Estado brasileiro (órgãos da administração penitenciária de todos os estados e o **Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN**). A sistematização e atualização de informações sobre as mulheres presas, no que tange o direito delas de acessar medidas desencarceradoras fundamentadas no direito à maternidade e à infância, foram conseguidas via **Marco Legal da 1ª Infância**, segundo a **Lei nº 13.769/2018**, que concede prisão domiciliar e a **Lei nº10.269/2018**, que regulamenta a aplicação da prisão domiciliar.

Em termos gerais, a publicação revelou que tal direito se efetiva em maior medida para as mulheres que têm a prisão preventiva decretada, representando 70% dos casos. Já em relação ao benefício para a progressão de pena, o número de mulheres que tiveram seu direito assegurado representa 56,24%. Isso significa que **30% das mulheres presas preventivamente e 43,76% das mulheres em prisão definitiva tiveram o direito negado**.

REVISTA VEXATÓRIA: UMA PRÁTICA CONSTANTE

O relatório **Revista Vexatória: uma prática constante** foi elaborado em 2021 e lançado em março de 2022 em conjunto com organizações da sociedade civil que atuam em defesa dos direitos humanos das pessoas privadas de liberdade: **Conectas Direitos Humanos**, **Instituto de Defesa do Direito de Defesa** (IDDD), **ITTC**, **Rede Justiça Criminal**, **Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo** (NESC) e **Pastoral Carcerária Nacional** (PCr).

A pesquisa se pautou na formulação de um questionário estruturado em 21 questões de múltipla escolha e uma questão livre para dar margem à percepção dos familiares acerca das revistas íntimas. As questões fechadas focaram em ressaltar os diferentes marcadores sociais, como gênero, raça/cor e territorialidade, relacionando com as violações de direitos durante as visitas às unidades prisionais, como a obrigatoriedade de ficar nua. Foi possível realizar um cruzamento de dados para compreender e destacar o perfil das principais vítimas da revista vexatória e o quanto ela se revela como uma prática constante nos presídios, a despeito de sua ilegalidade, evidenciando graves violações de direitos fundamentais praticadas pelo Estado.

A concretização dessa investigação contou com o apoio das articulações em rede do **JSM** com parceiros, a exemplo da **Agenda Nacional pelo Desencarceramento**, que compartilhou o questionário entre suas redes de contato, auxiliando no alcance de uma amostra de 471 respostas provenientes de todas as regiões do país, capaz, portanto, de nos dar um panorama da questão de forma nacional.

ATUAÇÃO EM REDE

O **JSM** compõe um conjunto de redes de organizações da sociedade civil que atuam na garantia de direitos das pessoas presas ou sobreviventes do sistema prisional. Isso inclui a participação em reuniões, eventos, desenvolvimento de estratégias para incidência política nos poderes executivo, legislativo e judiciário, ações de advocacy e acompanhamento de projetos de lei no campo da política carcerária e justiça criminal.

Ao longo de 2021, a equipe participou, representando o ITTC, nas seguintes redes da sociedade civil: **Rede Justiça Criminal**; **Criola**; **Agenda Nacional pelo Desencarceramento**; **Rede de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional** (RAESP); plataforma **Brasil de Direitos** do **Fundo Brasileiro de Direitos Humanos** (FBDH) e da articulação nacional **Justiça Além do Cárcere**. A equipe também atuou com o **Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura** do Governo Federal e com o **Grupo Habeas Corpus 208.240**, que acompanhou o ingresso de **amicus curiae** do **ITTC** e demais organizações, em ação proposta pela DPE/SP sobre perfilamento social.

Em janeiro, o programa acompanhou reuniões com a **Comissão Interamericana de Direitos Humanos**, referente à situação das audiências de custódia e com a **Frente Estadual pelo Desencarceramento do Amazonas**. Em fevereiro, a equipe participou do fechamento do ciclo de formações sobre racismo promovidas pelo **Instituto Amma Psique** e **Negritude**, por meio do Projeto "Raça e gênero no processo de hiperencarceramento brasileiro" e da formação interna sobre "Abolicionismo penal" promovida pela professora Aline Passos. A equipe acompanhou também a live de lançamento do **Manual Feminista Antirracista pelo Desencarceramento** feito pela **Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas** (RENFA) e a reunião da plataforma Brasil de Direitos do FDBH.

AMICUS CURIAE

Expressão utilizada para designar uma instituição que fornece subsídios às decisões dos tribunais, oferecendo melhor base para questões relevantes e de grande impacto.

Em março, o **JSM** participou de reunião de articulação com a Deputada Estadual Erica Malunguinho acerca do **PL 29/2020** sobre a proibição de visita íntima nos presídios de São Paulo; e de reunião de articulação com parceiros do **Instituto de Defesa do Direito de Defesa** (IDDD) e **Instituto Alana** para alinhamento acerca da participação na audiência pública sobre o pedido de parecer consultivo apresentado pela **Comissão Interamericana de Direitos Humanos** (CIDH) sobre "Enfoques diferenciados em matéria de pessoas privadas de liberdade".

Em abril, a equipe colaborou com a redação e a consultora Irene Maestro elaborou a tradução para o francês da cartilha do **Programa Mães em Cárcere** da **Defensoria Pública do Estado de São Paulo** (DPE/SP). Em maio, participou de reunião com o **Núcleo Especializado de Situação Carcerária** da DPE/SP, oportunidade em que se iniciaram as articulações para a audiência pública do **Mães em Cárcere**.

Já em dezembro, o **JSM** participou do pré-lançamento da pesquisa do **Pro-Bono** sobre audiências de custódia durante a pandemia e da divulgação do relatório e da plataforma da **Rede de Justiça Criminal**, **Deixados para Morrer**, sobre condições de prisão no contexto da covid-19. Ao longo do ano, participou também da formação interna sobre política de drogas da **Rede de Justiça Criminal**.

■ ■ ■ PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS, DEBATES E EVENTOS:

A participação em audiências e debates públicos sempre foi uma tradição do **JSM**, porque o programa acredita na importância desses espaços para a difusão de conhecimento e aprendizado, fomento do debate público e elaboração de estratégias propositivas para a proteção dos direitos humanos.

Em junho, a equipe participou do **Encontro Mulheres e Cárcere**, da turma de 2021, das **Promotoras Legais Populares** (PLP) de Jundiaí e região, um curso de educação popular em direitos das mulheres que ocorre anualmente em diferentes cidades do Brasil.

Em julho, o **JSM** participou do **1° Ciclo de Debates** do **ITTC** com representantes de serviços públicos que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade (CAPS, CREAS, CRAS, UBS etc.), sociedade civil, estudantes, entre outros atores do Mato Grosso do Sul. Em seguida, o **2° Ciclo de Debates** ocorreu no dia nove de setembro com o mesmo perfil de grupo de debate, mas em Pernambuco. Por fim, o **3° Ciclo de Debates** aconteceu no dia 25 de novembro dialogando com setores públicos e civis de Roraima.

Em setembro, a pesquisadora Sofia Fromer, do **JSM**, representou o **ITTC** na **Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara de Deputados**. O tema debatido foi "Cárcere, prevenção e combate à tortura no Brasil".

Em outubro, a equipe participou da audiência pública: "Pessoas em situação de prisão e enfrentamento à tortura" promovida pela **Defensoria Pública da União** (DPU) que apresentou um panorama de algumas ações desenvolvidas no combate e enfrentamento à tortura, abrindo espaço para entender as demandas relacionadas a essa temática.

Também no mês de outubro, o **JSM** participou da audiência pública "Política mães em Cárcere" organizada pelo **Convive** da DPE/SP, que trata de política institucional para o atendimento de mulheres mães, gestantes e lactantes presas. A audiência contou com a participação de defensores e defensoras do **Núcleo Especializado de Situação Carcerária**, do **Núcleo Especializado da Infância e Juventude** e do **Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres**, além de outros defensores e agentes da DPE/SP, e do Secretário de Administração Penitenciária da **Secretaria da Administração Penitenciária** (SAP), Sr. Nivaldo Cesar. Além disso, merece destaque o fato de ter sido transmitida de maneira síncrona para as mulheres presas na unidade prisional feminina de Mogi Guaçu.

Em 16 de agosto de 2021, o **ITTC** foi eleito para o biênio de 2021/2023 do **Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura** (CNPCT), sendo representado pela Sofia Fromer, pesquisadora do **JSM**, e por sua suplente Stella Chagas, coordenadora do **ITTC**. Outras oito entidades também foram eleitas: **Agenda Nacional pelo Desencarceramento**; **Conselho Federal de Serviço Social**; **Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade** (AMPARAR); **Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos** (ANADEP); **Rede de Proteção e Resistência contra o Genocídio**; **Assessoria Popular Maria Felipa**; **Comunicação, Saúde e Sexualidade** (SOMOS) e **Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares** (GAJOP).

Em decorrência de diversos entraves com o **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**, as organizações eleitas apenas tomaram posse em 6 de maio de 2022. Desde 9 de outubro de 2021, o **CNPCT** estava inativo e essa situação só foi revertida por conta da articulação das organizações que se mobilizaram na elaboração dos seguintes documentos: pedidos de reunião enviados para o Governo; ofícios ao **Ministério Público Federal** e **Defensoria Pública da União**; informativo sobre a situação para o **Subcomitê de Prevenção à Tortura** da ONU e notas públicas.

ACOMPANHAMENTO DE AÇÕES JUDICIAIS DE DEMANDAS COLETIVAS:

Além do acompanhamento de ações judiciais coletivas, as quais o **ITTC** é parte e ou tem interesse no tema, ingressamos como **amicus curiae** em duas ações. Em junho de 2021, o **ITTC** junto com **IDDD**, **Conectas**, **Agenda Nacional pelo Desencarceramento**, **Instituto Pro Bono**, **Associação para Prevenção da Tortura** (APT) e **GAJOP** apresentou pedido de habilitação na **Ação Direta de Inconstitucionalidade** (ADI) 6841/DF.

Entendendo que o contato presencial entre a pessoa custodiada e o juiz ou juíza é fundamental para combater as prisões cautelares ilegais, a **ADI**, em trâmite no Superior Tribunal Federal (STF), requer a declaração da impossibilidade constitucional de realização de audiências de custódia por videoconferência.

No mês de dezembro, a convite da DPE/SP, a equipe se reuniu com outras organizações da sociedade civil (**Conectas**, **Plataforma Justa** e **Iniciativa Negra**) para ingresso no **Habeas Corpus nº 208.240**, como **amicus curiae**, em um caso de um assistido defendido pela DPE/SP em que se discutia a questão do perfilamento racial nas abordagens policiais nos crimes de tráfico de drogas.

PROJETO MULHERES MIGRANTES

Desde 2001, o **ITTC** presta atendimento a mulheres migrantes em conflito com a lei na cidade de São Paulo. O ponto de partida se deu com o **Projeto Estrangeiras**, voltado para o atendimento a mulheres migrantes privadas de liberdade, acompanhando-as social e juridicamente.

Em 2020, o **Projeto Migrantes Egressas**, criado anteriormente para apoiar mulheres após o cárcere, unificou seus esforços e metodologia ao **Estrangeiras**, contribuindo para a consolidação das ações de apoio às mulheres migrantes em conflito com a lei, dentro e fora do cárcere e em cumprimento de medidas em meio aberto, com sua reestruturação, o projeto se denominou **Projeto Mulheres Migrantes** (PMM).

O trabalho, portanto, está centrado no atendimento direto, partindo de questões reais para buscar soluções concretas e justas para os problemas experienciados pelas mulheres atendidas. Por essa via e alinhando ações de educação em direitos e de diálogo público, o projeto facilitou o contato de mulheres migrantes presas, em cumprimento de medidas em meio aberto e egressas com familiares, redes de apoio, representações diplomáticas e outros atores com o objetivo de ampliar o seu acesso à justiça.

ATIVIDADES

O **PMM** apresenta quatro frentes de ação: atendimento direto, educação para cidadania, produção de conhecimento e diálogo público. A partir dessas frentes, o projeto busca monitorar e promover o acesso a direitos, pautando a redução do encarceramento em massa e o acesso às políticas públicas, com o objetivo de garantir o respeito à dignidade de todas as mulheres migrantes. Desde 2018, o **PMM** conta com o apoio da equipe do **Banco de Dados**, que colabora e orienta o registro dos atendimentos individuais realizados pela equipe de forma a inserir e extrair dados pertinentes à rotina de atendimentos e produzir conhecimento sobre gênero, migração e encarceramento.

O contato das mulheres migrantes presas com o mundo exterior é limitado, sendo um agravante a grande distância de suas famílias e redes de apoio. Assim, o **ITTC** atua na intermediação desse contato, com supervisão das unidades prisionais, de forma a garantir o direito à correspondência. A principal frente de atuação do **PMM** é o atendimento das questões legais dos processos e dos direitos das mulheres migrantes. Além disso, o projeto também faz encaminhamento social, serviço de facilitação de troca de correspondências, redes de apoio fora da prisão e contato com os consulados e embaixadas.

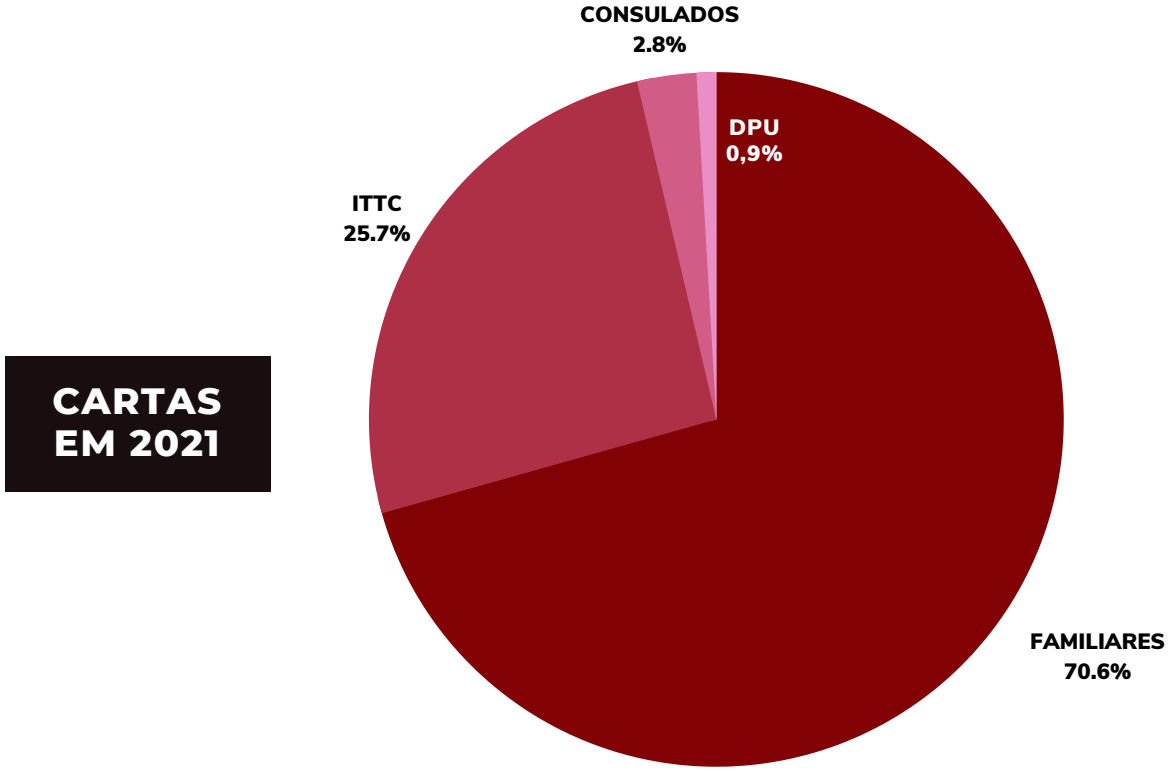
A pandemia do coronavírus trouxe desafios ao projeto que precisou reformular o formato de atendimento, bem como dar conta de demandas surgidas com as medidas de restrição. Desde março de 2020, o trabalho passou a ser realizado remotamente. Com isso, os atendimentos aconteceram por meio das redes sociais do projeto (**Facebook**, **e-mail** e **WhatsApp**). Apesar da nova forma de atuação, foi perceptível o aumento da procura pelo **ITTC**, o que refletiu no número de atendimentos, conforme detalhado a seguir.

Em relação às mulheres sob custódia na **Penitenciária Feminina da Capital** e no **CPP Butantã** até o seu fechamento, o projeto continuou realizando o trabalho de facilitação do contato com familiares através de correspondências. Durante a pandemia, percebeu-se uma demora maior no tempo de recebimento das cartas enviadas pelas mulheres ao Instituto, podendo ser atribuída aos procedimentos internos das unidades para descontaminação de objetos externos.

Nos meses de novembro e dezembro de 2021, iniciamos a volta ao trabalho presencial, adotando um sistema híbrido. Com o retorno presencial, foi possível retomar atendimentos prioritários às mulheres migrantes em cumprimento de medidas em meio aberto e egressas, iniciando a organização física de documentos antigos, reuniões de equipe, reuniões com parceiros e treinamentos. Foi pensado um protocolo para condução das conversas, como forma de garantir o atendimento integral, respeitando as normas sanitárias. Tanto nos dias de atividades presenciais como remotas, o atendimento online manteve-se nas plataformas destacadas anteriormente.

Entre janeiro e dezembro de 2021, o **PMM** manteve contato com 37 mulheres no sistema prisional por meio de cartas. Nesse período, foram recebidas 109 cartas das mulheres, sendo 77 endereçadas aos familiares (70,6%), 28 endereçadas ao **ITTC** (25,7%), 3 endereçadas a consulados (2,8%) e 1 endereçada à **Defensoria Pública da União** (DPU) (0,9%).

Além disso, também foram recebidas 33 cartas de familiares que foram encaminhadas às mulheres e 5 cartas foram enviadas a elas pela equipe do **PMM**. Também iniciou-se a atuação por cartas em um caso de uma brasileira presa no exterior, fazendo a mediação entre ela e instituições públicas como **DPU**, **Ministério da Justiça** e **Ministério das Relações Exteriores**.



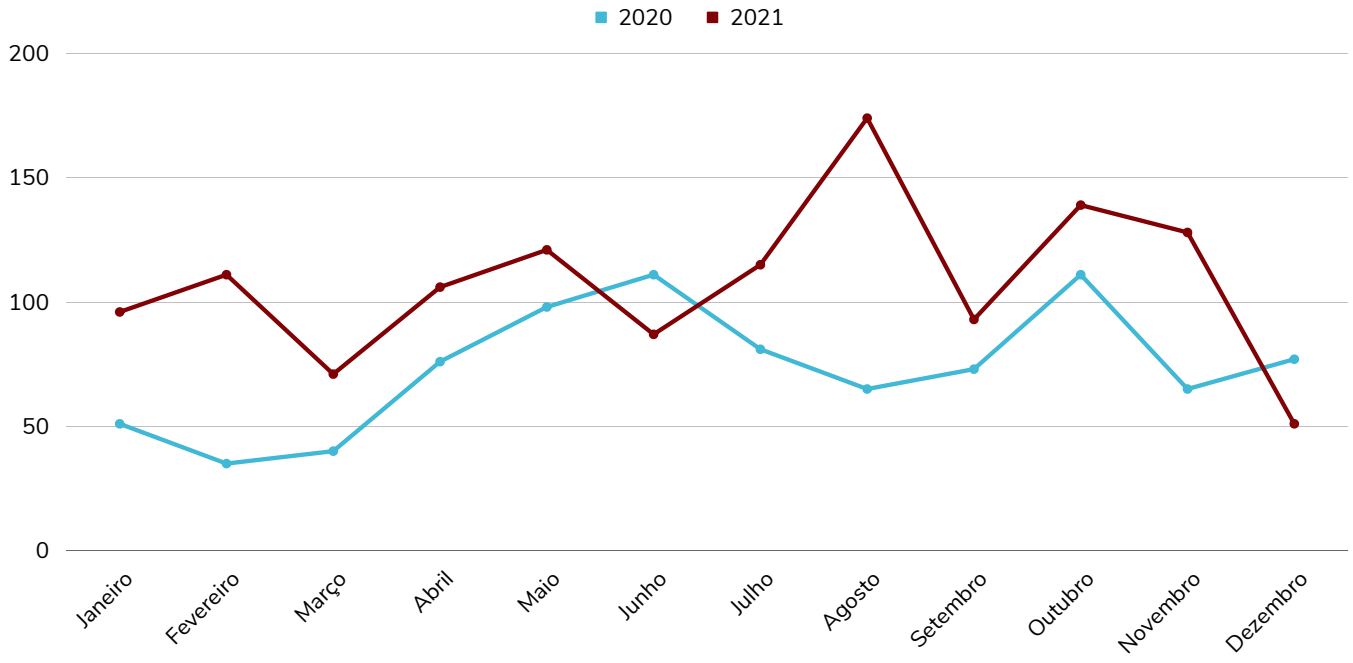
O conteúdo das cartas destinadas ao **ITTC** consiste principalmente em dúvidas processuais, como cálculo de pena, orientações para saídas em datas comemorativas etc. Em alguns casos, também há a solicitação intermediação do **ITTC** com os consulados e as embaixadas.

Por causa da covid-19, algumas demandas eram relativas também a estado de saúde e acesso a medicamentos ou tratamentos médicos, dúvidas sobre a situação de seu país de origem na pandemia e sobre a saúde de sua família. Essas demandas revelam que, apesar de não estar realizando, desde dezembro de 2020, atendimentos presenciais nas unidades prisionais, o **ITTC** continua sendo uma instituição importante para garantir que mulheres migrantes privadas de liberdade acessem seus direitos.

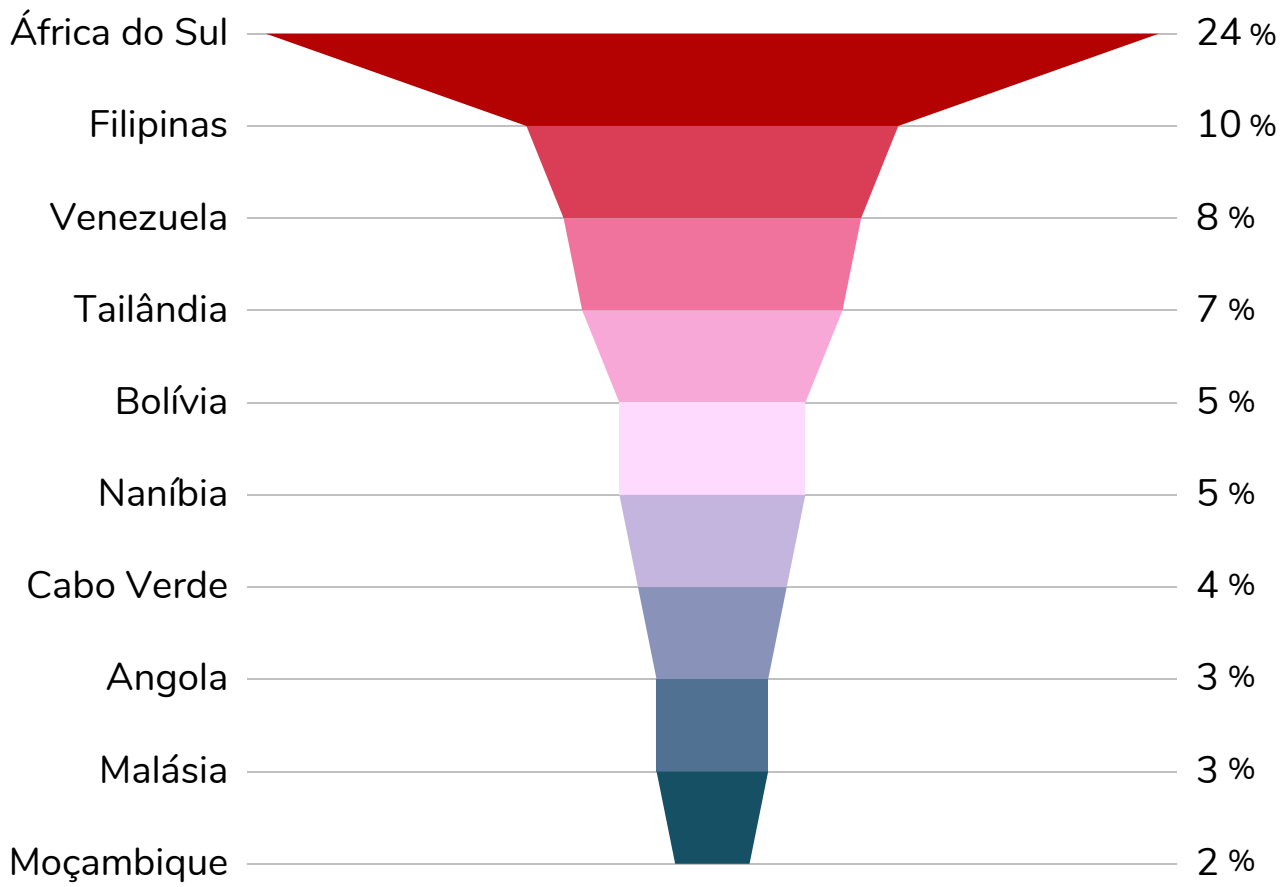
ATENDIMENTO A MULHERES MIGRANTES EM CONFLITO COM A LEI

Durante 2020 e 2021, apesar da pandemia, o **ITTC** envidou esforços para atender as mulheres migrantes egressas ou em cumprimento de pena em meio aberto. O gráfico a seguir apresenta a comparação entre o número de mulheres atendidas nesse período. Observa-se que, com exceção de junho e dezembro, em todos os outros meses, o número de mulheres atendidas em 2021 foi superior a 2020. A alta expressiva de agosto/2021 pode ser explicada por uma alteração na estratégia para entrega das cestas básicas, que também foram uma das razões para o aumento desse número em outubro, impulsionando o contato de mulheres que não eram acompanhadas pelo projeto recentemente.

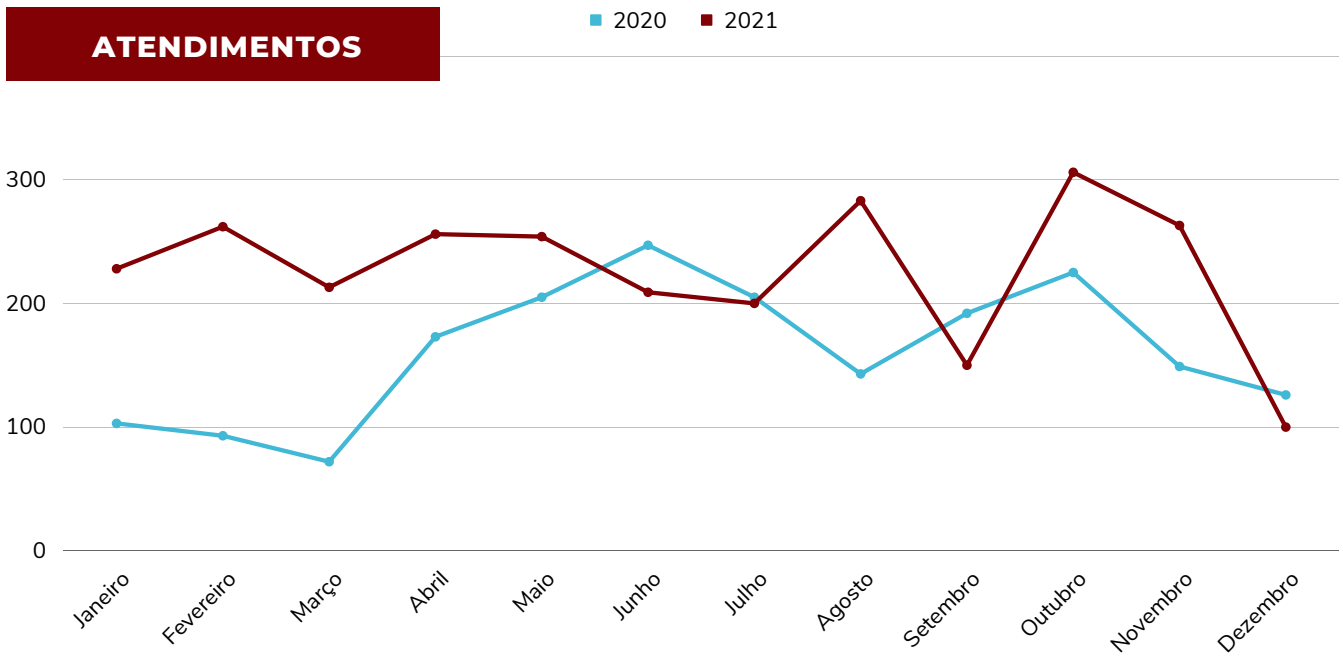
MULHERES ATENDIDAS



O gráfico a seguir, com os dados sobre as principais nacionalidades das mulheres migrantes atendidas pelo projeto em 2021 aponta para a predominância da África do Sul, seguida por Filipinas e Venezuela. O transporte de drogas e a prisão das mulheres relacionam-se profundamente com as dinâmicas sociais, políticas e econômicas de seus respectivos países de residência.



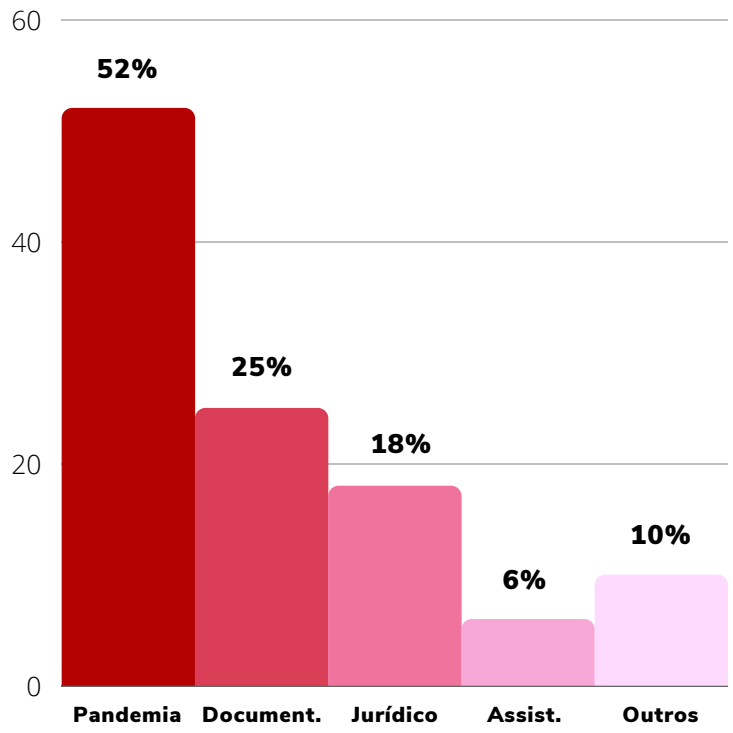
O gráfico abaixo registra a quantidade de atendimentos mensais entre 2020 e 2021 e aponta a mesma tendência verificada no gráfico sobre quantidade de mulheres atendidas no período.



Com exceção dos meses de junho e julho, os atendimentos passaram a ser mais numerosos em 2021 em comparação a 2020, com reduções em setembro e dezembro. Novamente, essa tendência pode ser explicada pelas novas demandas que foram trazidas pela pandemia: houve um número expressivo de atendimentos relacionados à distribuição de suporte material para uma parte das mulheres atendidas, por meio das cestas básicas, além das solicitações de orientação para o cadastro ou a resolução de demandas do **Programa Bolsa Família/Auxílio Brasil**, e demandas para contestar indeferimentos no **Auxílio Emergencial**.

O gráfico e a tabela abaixo permitem visualizar o impacto dos marcadores relacionados à pandemia em relação aos demais, como de regularização documental e orientação jurídica.

Marcador	Nº Atedimentos
Pandemia	1.421
Documentação	692
Jurídico	483
Assist. Social	175
Outros	261



CESTAS BÁSICAS

A distribuição de cestas básicas para mulheres migrantes em conflito com a lei em São Paulo e na Região Metropolitana foi realizada através de uma parceria do **ITTC** com a **Associação Rede Rua**, e apoiada parcialmente por recursos da **Rede Justiça Criminal** para enfrentamento da covid-19. No período de janeiro a novembro de 2021, foram distribuídas 526 cestas básicas para cerca de 172 mulheres migrantes atendidas pelo projeto.

DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS A MULHERES MIGRANTES EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL DOMICILIADAS EM SÃO PAULO E REGIÃO METROPOLITANA

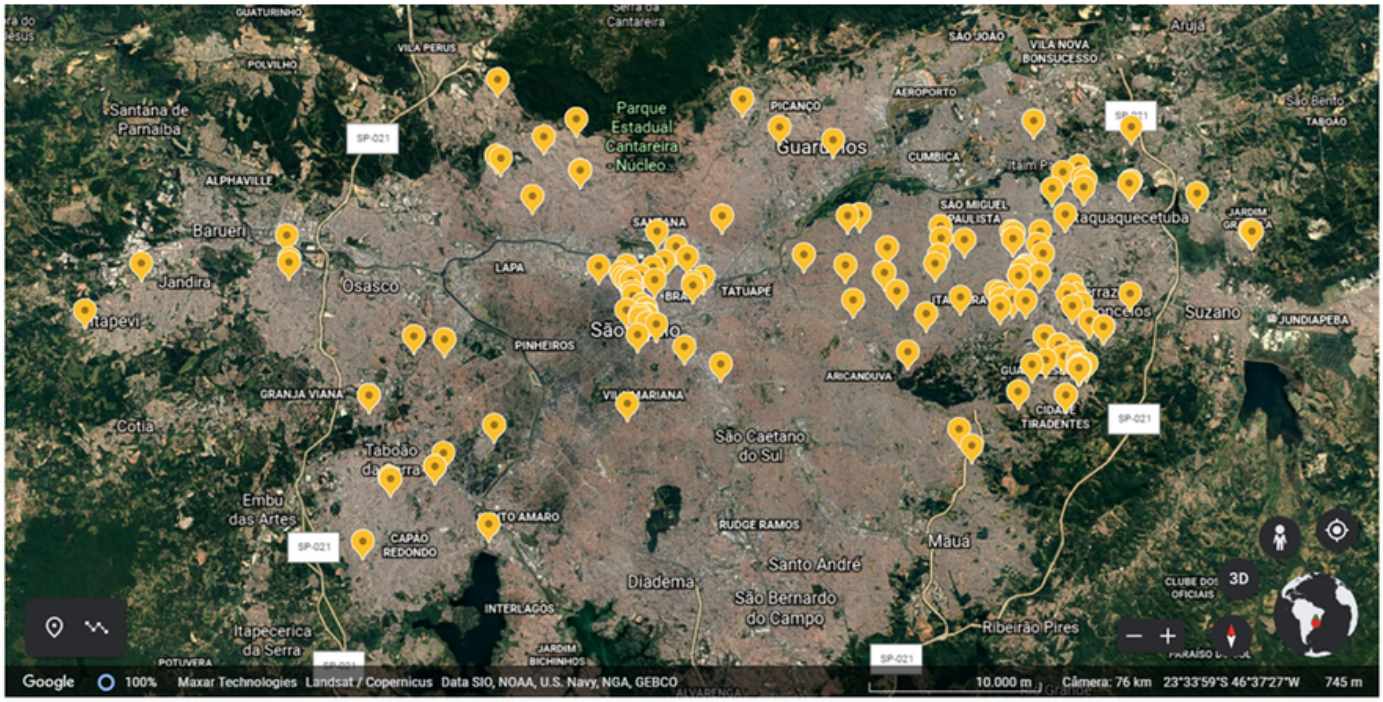


IMAGEM PROCESSADA ATRAVÉS DO GOOGLE EARTH

TOTAL: 172 RESIDÊNCIAS
PERÍODO DE REPRESENTAÇÃO: JANEIRO A OUTUBRO DE 2021

A distribuição de cestas básicas teve início em 2020, mas apenas em 2021 foi instituída como atividade contínua da equipe com o objetivo de proteger as mulheres atendidas da insegurança alimentar e, consequentemente, de um aprofundamento das vulnerabilidades que atravessam suas trajetórias e a de suas famílias. Apesar de a assistência social não ser o foco do Instituto, a crise sanitária impôs esse tipo de atuação. Aos poucos, as mulheres têm sido inseridas nas redes de atenção de assistência social e de suporte à sobrevivência.

EDUCAÇÃO PARA DIREITOS

O PMM estimula a discussão coletiva a respeito dos direitos por meio da realização de oficinas e rodas de conversa junto com as mulheres migrantes em conflito com a lei. Em razão da pandemia e da impossibilidade dos encontros presenciais, buscamos outras maneiras de possibilitar a educação para direitos no projeto. Uma dessas ações foi postar nas redes sociais (**Instagram** e **Facebook**) informes recorrentes que possibilitam maior autonomia das mulheres para buscar atenção aos seus direitos.

PUBLICAÇÃO

Com o objetivo de tornar processos e informações mais acessíveis e concentrados em um mesmo espaço, elaboramos, em parceria com a DPU, a cartilha **Um Guia para a liberdade: orientações para o cumprimento de pena a mulheres migrantes**. O material abarca informações para migrantes pré-egressas e recém-egressas do sistema carcerário, como dúvidas sobre o estágio de processos em trâmite, passos na execução da pena, abrigamento, auxílio para regularização documental e questão migratória, além de como encontrar e como acessar determinados serviços e instituições.

ATUAÇÃO EM REDE

A equipe também participou de rodas de conversas, eventos virtuais e entrevistas, com o intuito de divulgar as pesquisas e o acúmulo gerado pelo trabalho no dia a dia, compartilhando os balanços em relação às intersecções entre sistema de justiça criminal, migração, gênero, sexualidade e raça.

DIÁLOGO PÚBLICO

Em 2021, as ações de diálogo público do **Projeto Mulheres Migrantes** seguiram concentradas na articulação com atores e redes considerados estratégicos para a atuação do projeto e para promover as transformações necessárias para a realidade das mulheres acompanhadas.

Por conta da pandemia de covid-19, o projeto se aproximou de novos atores importantes para atender demandas emergenciais, como a distribuição de cestas básicas entre as mulheres através da parceria com a **Associação Rede Rua**. As parcerias históricas foram mantidas, como o diálogo com a **Defensoria Pública da União** (DPU São Paulo e DPU Guarulhos), a **Defensoria Pública do Estado**, o **Centro de Acolhida Especial para Mulheres Imigrantes** (CAEMI Palotinas), os **Centros de Referência Especializado em Assistência Social** (CREAS), a **Delegacia de Polícia de Imigração** em São Paulo (DELEMIG–SP), a **Central de Atenção ao Egresso e à Família** – São Paulo (CAEF–SP), o **Instituto Pro Bono**, entre outros.

Novas parcerias e aproximações foram realizadas com o **Instituto Responsa**, o **Escritório Mattos Filho**, o **Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico** (NPJ Itaquera), o **Instituto Ação pela Paz**, a **Cruz Vermelha Brasileira**, o **Centro de Referência e Atendimento do Imigrante** (CRAI Oriana Jara), o **Centro de Integração e Cidadania para Imigrantes** (CIC Imigrante), a **Missão Paz**, o **Centro de Acolhida do Amparo Maternal**, o **Centro de Acolhida Dom Fernando** e o **Centro de Acolhida Especial para Idosos Correia**.

O tema das mulheres migrantes envolvidas com a justiça criminal é permeado por uma série de questões (gênero, migração, sistema de justiça criminal, sistema prisional, maternidade, dentre outras) que exigem a inserção qualificada do projeto e das próprias mulheres em diferentes espaços, para que suas demandas sejam compartilhadas e possam ser transformadas em políticas ou iniciativas a seu favor. Visando potencializar a atuação com sobreviventes do cárcere, em 2021, o **ITTC**, representado pelo P**rojeto Mulheres Migrantes** e pelo **Programa Justiça Sem Muros**, com o **Instituto Pro Bono** e **Reflexões da Liberdade** deram continuidade à construção da **Rede de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional de São Paulo** (RAESP), tendo como resultado a elaboração de um manual da rede com seus princípios, objetivos e metas.

O contexto de pandemia não só demandou a aproximação com novos atores, mas também novas estratégias com esses atores com contatos previamente estabelecidos. Um ponto de destaque do **Projeto Mulheres Migrantes** em 2021 foi a atuação na **Rede Imigrante Egresso**, grupo para discussão de pautas e construção em rede de um fluxo de atendimento ao egresso imigrante cujos participantes são representantes de diversos órgãos e entidades parceiras do **ITTC**.

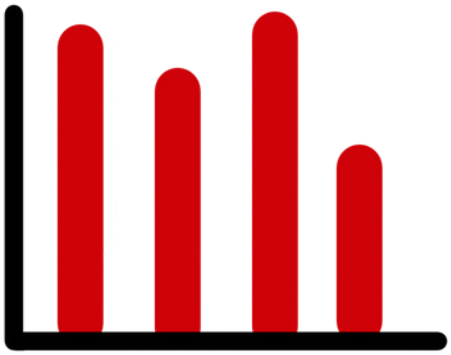
Além de participar dos encontros para discutir as especificidades do público-alvo, o **PMM** foi convidado a liderar as reuniões sobre os desafios da regularização migratória a partir da experiência de atendimento direto a migrantes em conflito com a lei.

O Projeto também participou da escrita de um capítulo do **Manual de atendimento jurídico para migrantes e refugiados**, organizado pela **Organização Internacional para as Migrações** (OIM) em parceria com a DPU. Um desdobramento dessa colaboração foi a realização de uma oficina para representantes de organizações de diversos estados sobre atendimento a migrantes em conflito com a lei no “Ciclo de capacitações e troca de experiências na assistência jurídica a migrantes e refugiados”. A equipe também participou como ouvinte de outras três oficinas desse ciclo, nas temáticas de atendimento a vítimas do tráfico de pessoas, regularização migratória e atendimento a crianças e adolescentes migrantes.

O grupo de trabalho “Educação nas prisões” também deu continuidade às suas ações em 2021, com foco na questão da remição por leitura. Apesar de atividades desse tipo terem sido suspensas das unidades prisionais em função da pandemia, o grupo continuou atuando para incidir sobre uma articulação de atores do sistema de justiça, visando estabelecer parâmetros gerais sobre as atividades de remição por leitura a nível nacional.

A **Defensoria Pública da União** (DPU) e a **Defensoria do Pública do Estado de São Paulo** (DPE) também continuaram como parceiros estratégicos para o projeto, especialmente no que se refere ao acompanhamento e encaminhamento de casos. Por sua vez, a articulação com consulados e embaixadas esteve mais atrelada ao acompanhamento de casos individuais, porém a perspectiva é que em 2022 haja um esforço de maior aproximação com as representações consulares.

Além do diálogo com atores do poder público e da sociedade civil que atuam diretamente com as temáticas de gênero, migração e encarceramento, a equipe também manteve diálogo com universidades e mídias a fim de dar visibilidade às pautas relativas a mulheres migrantes em conflito com a lei. Ao longo de 2021, a equipe realizou entrevistas com estudantes, participou de rodas de conversa, lives e entrevistas para jornalistas.



PROJETO BANCO DE DADOS

Inaugurado em 2018 com o apoio de entidade internacional, o **Banco de Dados** armazena informações coletadas por meio do atendimento a mulheres em situação de prisão realizado pelo **Projeto Estrangeiras,** atual **Projeto Mulheres Migrantes** (PMM), além dos registros de atendimentos feitos no período de 2014 a 2019.

Como resultado dessa atuação ao longo dos anos, foi possível consolidar um banco de dados que sistematiza as informações das mulheres atendidas. A equipe do **Banco de Dados** é composta por uma cientista social e uma estagiária estudante de Relações Internacionais.

Em 2019, passamos a publicar boletins temáticos com o objetivo de promover a educação para direitos, trazendo para o debate questões que tangenciam a vida das mulheres migrantes em conflito com a lei e o seu acesso a direitos.

A partir dos dados de atendimento, identificamos o perfil das mulheres no decorrer dos anos, visualizamos as principais demandas delas, compreendemos particularidades e semelhanças em suas trajetórias, diagnosticamos eventuais problemas de aplicabilidade das legislações relacionadas às mulheres em conflito com a lei e, além disso, somos capazes de sugerir inovações legislativas e mudanças na cultura jurídica.

ATIVIDADES

Em 2021, as atividades da equipe se concentraram, na produção de boletins temáticos, estudos quantitativos e qualitativos, levantamento de dados secundários, articulação em rede, produção de questionário para mulheres egressas, desenho de triagem presencial e online, aproximação e apoio à equipe do **PMM** através da produção de gráficos, tabelas, coprodução de conteúdos etc., bem como articulação com demais equipes do **ITTC**.

Em 2021, entrou em vigor, no Brasil, a **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais** (LGPD), que exige algumas alterações quanto aos procedimentos de armazenamento dos dados das mulheres atendidas. Nesse sentido, fizemos várias reuniões apoiadas por consultores para criar estratégias a fim de proteger as informações pessoais e sensíveis das mulheres. Realizamos diversos controles de dados e estudos técnicos para melhorar nosso sistema de segurança digital.

Em parceria com o **PMM**, foi elaborado um questionário de atendimento às mulheres em conflito com a lei, em razão da necessidade de organização, registro e guarda dos dados de atendimento dessas mulheres. A partir dos objetivos do PMM, discutiu-se a necessidade de produzir um instrumento de acolhimento que pudesse auxiliar o processo de atendimento propriamente dito, e um questionário foi organizado para ser testado com as mulheres migrantes atendidas.

No início de 2021, as equipes do PMM e Banco de Dados concluíram a coleta de dados e levantamento bibliográfico realizados em 2020 para a produção de um infográfico com informações a respeito do perfil das mulheres migrantes de 16 nacionalidades atendidas pelo **ITTC** entre 2009 e 2019. Além disso, analisou-se brevemente a política de drogas e algumas taxas de encarceramento nos países mencionados.

Infográfico: "Gênero, migração e encarceramento: cruzando as fronteiras da política de drogas" – No início de 2021, as equipes concluíram a revisão dos textos e diagramações para a publicação no site. A publicação ocorreu em junho do mesmo ano. Devido às dificuldades de encontrar dados sistemáticos e comparativos sobre essas mulheres no mundo, esses infográficos cumprem uma importante função na produção de conhecimento sobre mulheres migrantes em conflito com a lei.

De janeiro a dezembro de 2021, publicamos quatro boletins e um artigo com os seguintes temas: o coronavírus e a prisão; o perfil das sentenças de mulheres migrantes em conflito com a lei; a influência da identificação étnico-racial e territorial no processo penal; bem como as relações entre os fluxos migratórios, o empobrecimento e o encarceramento de mulheres e, por fim, perfil e dados processuais em torno de mulheres indígenas Guarani e Quéchua atendidas pelo **ITTC**. Toda essa produção de conteúdo foi alicerçada em nosso banco de dados.

Boletim #11: Migração, gênero e encarceramento: analisando as penas de mulheres migrantes em conflito com a lei

Boletim #12: Raça/cor/etnicidade e território: analisando as penas de mulheres migrantes em conflito com a lei

Boletim #13: Dez anos de história: dinâmicas entre fluxos migratórios, empobrecimento e encarceramento de mulheres

Boletim #14: Perfil e contexto de prisão de mulheres migrantes indígenas dos povos guarani e quéchua

Artigo 1: Coronavírus e encarceramento: reflexões sobre o primeiro ano da pandemia no sistema prisional

Visando criar uma memória institucional em torno da criação e do desenvolvimento do **Projeto Banco de Dados**, realizou-se um levantamento inicial de informações, ainda em construção, de documentos que pudessem resgatar a história do projeto, com uma série de entrevistas com ex-profissionais do **ITTC**.

ATUAÇÃO EM REDE

Ao longo de 2021, participamos de uma série de eventos com o **Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime** (UNODC), bem como tivemos a oportunidade de contribuir com uma das consultorias **UNODC** para a construção de um estudo sobre tráfico de pessoas. Além disso, estreitamos a relação com a **Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude** (ASBRAD) e com o **Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas** (NETP) para dar continuidade à incidência do **ITTC** em torno da questão do tráfico de pessoas para fins de atividade ilícita. Além disso, participamos de reuniões com o **GT Educação nas Prisões** (Coletivo Libertas) e da articulação **Vidas Imigrantes Negras Importam**. Em conjunto com o **PMM**, no final de 2021, iniciamos uma interlocução com o **Centro da Mulher Imigrante e Refugiada** (CEMIR).

EVENTOS

Em maio, promovemos uma live sobre a situação das mulheres migrantes em conflito com a lei no contexto de pandemia. Também foram apresentados alguns dados coletados pelo **PMM** de 2019 até 2021.

Em agosto, participamos de uma live promovida pela **Ordem dos Advogados do Brasil** (OAB), na qual apresentamos nossos boletins informativos com dados sobre a saúde da mulher encarcerada em tempos de pandemia. Foi um momento importante para divulgar nosso **Banco de Dados**. Além disso, participamos do evento **Mulheres, migrantes e egressas: enfrentando a pandemia na cidade de SP**, apresentando nossos dados sobre mulheres atendidas pelo **ITTC**.

Em novembro, organizamos, com a equipe do **PMM**, o **III Ciclo de Debates – Desencarcerando Diálogos** com profissionais e instituições que incidem em Roraima e Pacaraima, com o intuito de criar novos canais de diálogo e atendimento. E em dezembro, fomos convidadas para pautar a questão da produção de dados e de conhecimento em live do **Instituto das Irmãs da Santa Cruz** (IISC).

PROJETO GÊNERO E DROGAS

O **Projeto Gênero e Drogas** (PGD) começou em 2015 com o intuito de interseccionar duas frentes de atuação no **ITTC** dentro dos temas de justiça criminal e encarceramento: as questões de gênero e a política de drogas, causa da maioria das prisões de mulheres no Brasil.

Atualmente, o projeto é composto por duas pesquisadoras com formação em Direito e possui três eixos principais de atividades, sendo o primeiro deles o levantamento de informações, legislações, políticas públicas e boas práticas nacionais e internacionais relacionadas ao encarceramento feminino e às políticas de drogas.

O segundo eixo visa desenvolver materiais de comunicação sobre a necessidade de redução do encarceramento de mulheres e da revisão de paradigmas de políticas de drogas focadas apenas no viés punitivo. Já o terceiro eixo tem como objetivo implementar estratégias de advocacy que incidam sobre a revisão da política de drogas adotada pelo Brasil e promovam políticas públicas sociais com recorte de gênero.

Mais recentemente, o **PGD** ampliou seus objetivos e atuou em outro eixo: fortalecimento de redes sociais constituídas por sobreviventes do cárcere e familiares de pessoas presas.

ATIVIDADES

No desenvolvimento do projeto, uma das principais produções foi o infográfico **“Política de Drogas e Encarceramento: um panorama América – Europa”**. O infográfico é resultado de um levantamento de dados sobre as legislações de drogas em 36 países das Américas e da Europa, com um recorte detalhado para 22 países que apresentaram um aumento do encarceramento a partir da adoção de políticas tolerantes com o uso de drogas, sendo que este pôde ser complementado e atualizado pelo **Projeto do Banco de Dados** e o **Projeto Mulheres Migrantes** (PMM) no infográfico **“Gênero, Migração e Encarceramento: cruzando as fronteiras da política de drogas”**.

Em 2020 o **PGD** criou o jogo **Política de drogas é uma questão de mulheres** e, após o seu lançamento, iniciou a distribuição para parceiros e organizações que contribuíram com sua elaboração. Desde então, inclusive em 2021, foram distribuídos cerca de 100 jogos impressos, com retornos positivos na aplicação deles para o processo formativo e de aprofundamento dos impactos da política de drogas na vida das mulheres. A perspectiva é de continuidade na distribuição dos Jogos, visando ampliar o alcance em serviços públicos como os **CAPS** (Centros de Atenção Psicossocial) e espaços educacionais (como escolas públicas para jovens e adultos).

ATUAÇÃO EM REDE

No ano de 2021, o **PGD** concentrou seus esforços em espaços de fortalecimento individual e coletivos de mulheres que estiveram privadas de sua liberdade e familiares. Assim, aprofundou sua integração com a **Red de Mujeres Libertarias Fundiendo Rejas**, composta por mulheres de cerca de nove países da América Latina. Nesse âmbito, o projeto participou da organização do **I** e do **II Encuentro Latinoamericano de Mujeres Libertarias Fundiendo Rejas** (I e II Encontro Latinoamericano de Mulheres Libertárias Rompendo Grades), realizados de modo virtual, com a participação de mais de 40 mulheres de 11 países em cada encontro.

De outubro de 2020 e ao longo de 2021, o **PGD** uniu um grupo de sete mulheres para realizar uma série de oficinas de fortalecimento do grupo, com temáticas políticas e técnicas, tais como: acolhimento familiar, tecnologia (em parceria com a **InfoPreta**) e educação financeira (em parceria com o **NoFront**). Além destas oficinas, o grupo trabalhou em diversas reuniões organizativas, na construção da **Agenda** e da logística do **I Encontro Nacional Virtual de Mulheres Ex-Privadas de Liberdade e Familiares**, ocorrido em setembro e outubro de 2021, contando com a participação de 35 mulheres de 12 estados brasileiros e que culminou na escrita de um manifesto. Esse trabalho segue avançando e a perspectiva para o ano de 2022 é de ampliação do grupo de fortalecimento e busca de parcerias para a realização do **II Encontro Nacional**.

Outras ações de diálogo e atuação conjunta ocorreram, como a participação no **I Encontro Virtual Internacional de Mulheres Ex-Privadas de Liberdade** que foi realizado de maneira virtual, com mais de 100 mulheres de mais de 25 países e com tradução simultânea em cinco línguas, em dezembro de 2021 (parceria do **National Council for Incarcerated and Formerly Incarcerated Women and Girls** e **WOLA** dos EUA; **Red Latinoamericana de Mujeres Libertarias**

Fundiendo Rejas, rede regional; **Sisters Inside** da Austrália; e **Aksi Keadilan** da Indonésia). A expectativa foi de fortalecer e criar uma rede internacional, além da organização do **II Encontro Latinoamericano** que ocorrerá em março de 2022, com apoio da **Equis Justicia para las Mujeres**, organização mexicana.

O ano de 2021 também foi de convite e participação na Subcomissão sobre Políticas de Drogas e Saúde Mental, do **Conselho Nacional dos Direitos Humanos** (CNDH), do **Ministério de Direitos Humanos** (MDH).

A equipe do **PGD** acompanhou e participou efetivamente da **Rede de Justiça Criminal** (RJC) junto com representantes do **Projeto Justiça Sem Muros** (JSM), diante do crescente interesse da **RJC** em retomar a pauta de política de drogas (inclusive com a realização de um aprofundado processo de formações internas sobre o tema) e no acompanhamento das transições internas da instituição e da **Plataforma Brasileira de Política de Drogas** (PBPD).

ADMINISTRAÇÃO

A Administração do **ITTC** é responsável por todas as áreas administrativas, financeiras, contábeis e legais. A equipe, enxuta e ágil, é composta por uma profissional de Recursos Humanos, que lidera toda a gestão, uma profissional da área da limpeza, que cuida do espaço físico, e uma coordenadora geral (que integrou o time em 2021) Mestre em Migrações, responsável pelas equipes de atividades e de projetos, realizando a intermediação entre as pessoas colaboradoras e a diretoria.

A Administração é fortemente apoiada pela diretoria e as ações da equipe permitiram que em 2021 fossem implementadas melhorias e atenções em diversos aspectos. Foram levados em consideração o trato pessoal, a infraestrutura do Instituto, programas internos, gestão dos recursos dos projetos, estratégias gerenciais, captação de recursos e decisões relacionadas com a política de gestão do Instituto.

ATIVIDADES

A administração é responsável rotineiramente por todos os aspectos relativos a 1) pessoal: folha de pagamento, encargos, benefícios; 2) infraestrutura do **ITTC**: espaço, instalações, limpeza, higiene e organização; 3) equipamentos: móveis, rede lógica, energia, recursos eletrônicos, digitais, virtuais, licenças tecnológicas.

A administração acompanha e providencia o pagamento de tributos, de fornecedores, emissão de certidões, regularização fiscal e contábil, preparação de prestação de contas dos projetos, contratos de terceiros e conservação do imóvel e de seus bens.

Também assiste anualmente a auditoria externa, por meio da apresentação de toda a documentação fiscal, tributária, trabalhista e contábil necessária para o desenvolvimento do processo de auditoria, permitindo transparência e a análise dos procedimentos internos da gestão do **ITTC**, de acordo com as normas estabelecidas pela legislação brasileira.

Por fim, a equipe é atividade-meio que apoia todos os outros programas do instituto e diretoria. Tem parceiros externos contratados, que subsidiam suas atividades, a exemplo do escritório de contabilidade, da empresa de suporte tecnológico, da empresa de segurança e medicina do trabalho, entre outras.

ATUAÇÃO

O ano de 2021 foi intenso no que diz respeito à pandemia, e a administração esteve preocupada desde março de 2020 com a segurança de seus colaboradores. Essa preocupação se refletiu nas ações de cuidado com cada profissional e com todo o Instituto. A manutenção do projeto de **Apoio Terapêutico**, por exemplo, foi um marco para garantir a sanidade e o equilíbrio individual e profissional das equipes do **ITTC**.

Ao mesmo tempo, a Administração ofereceu ferramentas de trabalho para otimizar o home office por meio de suporte tecnológico contratado, implementando recursos que visavam velocidade, acesso à internet e melhor performance dos equipamentos. Para aprimorar a comunicação durante o trabalho remoto, foram assinados serviços como **Zoom** e **Meets**, facilitando o relacionamento interno entre as equipes durante as formações e com a diretoria.

Além dessas preocupações, a Administração manteve todos os serviços financeiros, administrativos e de recursos humanos necessários para o bom andamento do Instituto, o cumprimento de todas as obrigações legais e institucionais de forma transparente, idônea e competente. Foram proporcionadas formações relativas à implantação da **LGPD**, assim como encontros de aprofundamento de temáticas importantes para o alinhamento das equipes, organizando os recursos dos financiadores a partir das novas necessidades, sempre em concordância com os apoiadores.

No final de 2021, houve a possibilidade de início do retorno ao trabalho presencial. Para tanto, houve a preparação das instalações do Instituto para receber as equipes, garantindo distanciamento, higienização e apoio/orientação médica. Essas ações envolveram separadores de acrílico, diminuição de postos de trabalho, distribuição de máscaras, totem de álcool em gel, limpeza das estações, medição

de temperatura diária e acompanhamento de uma profissional da área médica, experiente no tratamento e diagnóstico da covid-19 para orientar e avaliar os sintomas, medos e necessidades de cada uma das profissionais. As colaboradoras que apresentavam sintomas e necessitaram contratar o exame diagnóstico de covid-19 nos laboratórios privados foram reembolsadas, para evitar a ida a hospitais e unidades básicas de saúde.

A equipe de Administração, apoiada pela coordenação e pela diretoria, implementou rotinas de trabalho, de cuidados e de comparecimento ao **ITTC**, elaborando uma escala de expediente que comportasse a presença das colaboradoras, respeitando as regras de distanciamento. Nos primeiros meses, optou-se pelo deslocamento via aplicativo de transporte, custeado pelo Instituto, evitando o uso do transporte público e o risco que ele trazia à época.

Nesse período, a Administração, sensível às necessidades das equipes, buscou convênios médicos que atendessem da melhor maneira as colaboradoras e as condições do próprio **ITTC**. Para tanto, desencadeou debates conjuntos entre colaboradoras e diretoria, escolhendo uma empresa e as modalidades de interesse de cada uma. O convênio não tem obrigatoriedade de adesão, uma vez que o **ITTC** só teve condições de arcar com parte da mensalidade, sendo a colaboradora a principal provedora da assistência médica contratada.

Por fim, apesar das dificuldades do ano de 2021, o **ITTC** recebeu o reconhecimento dos parceiros financiadores por meio de novos aportes e pela aprovação das prestações de contas parciais ou finais, demonstrando, mais uma vez, a preocupação e a idoneidade para com o recurso público e seu uso, integralmente destinado aos objetivos, às finalidades e aos compromissos do Instituto.

“A luta para manter sua missão de erradicar a desigualdade de gênero, garantir direitos e combater o encarceramento.”

FICHA TÉCNICA

ORGANIZAÇÃO
Instituto Terra, Trabalho e Cidadania

DIRETORIA
Alderon Costa
Caroline Hilgert
Denise Blanes
Michael Mary Nolan
Rafael Custódio

COORDENAÇÃO
Stella Chagas

DIAGRAMAÇÃO E ILUSTRAÇÃO
Gabriela Güllich

REVISÃO
Priscila Risso

PREPARAÇÃO DE TEXTO
Denise Blanes
Laura Luz

EQUIPES DE PROJETOS
Alexandra Almeida, Alice de Carvalho, Aline Novakoski, Amanda Caroline Alves, Carolina Vieira, Cátia Kim, Débora Vasconcellos, Eliza Donda, Emerson Ramayana, Emilyn Natirrê, Gabriela de Menezes, Gabriela Güllich, Isabela Shigunov, Isadora Vieira, Heloísa Freitas, Jacqueline Feitosa, Júlia Gimenes, Juliana Avila, Lais Carvalho, Laura Luz, Mainara Thais, Marcela Amaral, Marcell Carrasco, Helena Sartori, Marianna Haug, Phirtia Silva, Raissa Melo, Raquel Quintas e Sofia Fromer.

São Paulo
2021